



12285017



08027.000632/2020-39



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO MINISTRO**

OFÍCIO Nº 1848/2020/AFEPAR/MJ

Brasília, 3 de agosto de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Federal SORAYA SANTOS
Primeira Secretária
Câmara dos Deputados
70160-900 - Brasília - DF

Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 653/2020, de autoria do Deputado Federal Gustavo Fruet - PDT/PR.

Referência: Ofício 1aSec/RI/E/nº 1293

Senhora Primeira Secretária,

1. Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 653/2020, de autoria do Deputado Federal Gustavo Fruet (PDT/PR), para encaminhar a Vossa Excelência informações "*relativas à implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública*", nos termos da documentação anexa.

Atenciosamente,

(documento assinado eletronicamente)

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

ANEXOS

1. OFÍCIO Nº 1643/2020/SE/MJ (12274770);
2. DESPACHO Nº 336/2020/COGER/MJ (SEI n.º 12281711);
3. OFÍCIO Nº 44/2020/DTAD/CTAI/OUVG/MJ (SEI nº 12243077);
4. OFÍCIO Nº 4791/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ (SEI nº 12270645);
5. Informação nº 27/2020/GP-DPSP/DPSP/SENASP (SEI nº 12264511);
6. OFÍCIO Nº 4821/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ (SEI nº 12277950).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000632/2020-39

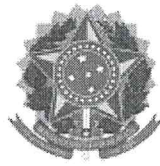
SEI nº 12285017

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 408 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF,
CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-9001 Site: - www.justica.gov.br



08027.000632/2020-39



OFÍCIO Nº 4821/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ

Brasília, 31 de julho de 2020.

Ao Senhor
EDUARDO BENEVIDES BOMFIM
Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva

Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 653/2020.

Senhor Chefe de Gabinete,

1. Reporto-me ao DESPACHO Nº 3416/2020/SE/MJ ([12241549](#)) e ao OFÍCIO Nº 1783/2020/AFEPAR/MJ (SEI nº [12235186](#)), os quais encaminharam o Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 653/2020 ([12036603](#)), de autoria do Deputado Federal Gustavo Fruet (PDT/PR), que *"Requer informações relativas à implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública"*.
2. Diante da INFORMAÇÃO Nº 27/2020/GP-DPSP/DPSP/SENASP ([12264511](#)), elaborada pela área técnica desta Diretoria, que sugere encaminhar a esta Coordenação para manifestação em relação à questão 4 do requerimento em tela, informamos que o Conselho Nacional de Segurança Pública tem se reunido dentro dos prazos previstos, realizando reuniões semestrais desde sua instalação, conforme prevê o artigo 13 do Regimento Interno. Foram realizadas 2 (duas) reuniões em 2018 e 2 (duas) reuniões em 2019. Informamos também que a reunião prevista para o primeiro semestre de 2020 não foi realizada em virtude das limitações decorrentes do atual cenário de pandemia da Covid-19, bem como das recentes nomeações no primeiro escalão deste Ministério e das trocas no comando de algumas instituições que compõem o CNSP. Destacamos que a não realização da reunião do primeiro semestre de 2020 foi precedida de consulta aos Conselheiros que concordaram com a não realização.
3. Informo que já estão sendo tomadas todas as providências para a realização da reunião deste segundo semestre.
4. Face ao exposto, encaminho o processo em tela para conhecimento e providências.

Atenciosamente,

MARLISE HELENA LIMA GRANGEIRO MASSETTI
Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Substituta



Documento assinado eletronicamente por **MARLISE HELENA LIMA GRANGEIRO MASSETTI**, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Substituto(a), em 31/07/2020, às 12:03, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12277950** e o código CRC **8D2D9AB2**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000632/2020-39

SEI nº 12277950

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Anexo II, 5º Andar, Sala 502 - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-9646 / 9892 - <https://www.justica.gov.br>

Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>

Criado por jacilda.amorim, versão 2 por jacilda.amorim em 31/07/2020 11:52:21.



12270645



08027.000632/2020-39



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

OFÍCIO Nº 4791/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ

Brasília, 30 de julho de 2020.

Ao Senhor
EDUARDO BENEVIDES BOMFIM
Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva

Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 653/2020.

Senhor Chefe de Gabinete,

1. Reporto-me ao Despacho nº 3416/2020/SE/MJ ([12241549](#)), por meio do qual a Secretaria-Executiva encaminha, para conhecimento e manifestação, o Ofício nº 1783/2020/AFEPAR/MJ ([12235186](#)), em que a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares remete o Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 653/2020 ([12036603](#)), de autoria do Deputado Federal Gustavo Fruet (PDT/PR), que "*Requer informações relativas à implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública*".
2. Em resposta, encaminho a Informação nº 27/2020/GP-DPSP/DPSP/SENASP ([12264511](#)), elaborada pela Diretoria de Políticas de Segurança Pública desta Senasp.

Atenciosamente,

RENATO IVO FERNANDES DE CASTRO
Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **Renato Ivo Fernandes de Castro, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 30/07/2020, às 17:03, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12270645** e o código CRC **61918A84**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000632/2020-39

SEI nº 12270645

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 5º Andar, Sala 500 - Bairro Zona Cívica Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3501 / 3296 - www.justica.gov.br - E-mail para resposta: protocolo@mj.gov.br

Criado por thayline.ribeiro, versão 3 por jacilda.amorim em 30/07/2020 15:12:02.



12274770



08027.000632/2020-39



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva

OFÍCIO Nº 1643/2020/SE/MJ

Brasília, na data da assinatura digital.

Ao Senhor
Assessor Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 653/2020, de autoria do Deputado Federal Gustavo Fruet - PDT/PR.

Senhor Assessor Especial,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao OFÍCIO Nº 1783/2020/AFEPAR/MJ (SEI nº 12235186), por meio do qual essa Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares - AFEPAR encaminha o Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 653/2020, de autoria do Deputado Federal Gustavo Fruet - PDT/PR.
2. Nesse contexto, encaminho o DESPACHO Nº 336/2020/COGER/MJ (SEI nº 12281711), da Corregedoria Geral; o OFÍCIO Nº 44/2020/DTAD/CTAI/OUVG/MJ (SEI nº 12243077), da Ouvidoria-Geral; o OFÍCIO Nº 4791/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ (SEI nº 12270645), que remete a Informação nº 27/2020/GP-DPSP/DPSP/SENASP (SEI nº 12264511), e, OFÍCIO Nº 4821/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ (SEI nº 12277950), da Secretaria Nacional de Segurança Pública, com informações relativas ao pleito.
3. Ao ensejo, permita-me anotar que esta Secretaria-Executiva permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

EDUARDO BENEVIDES BOMFIM
Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BENEVIDES BOMFIM**, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva, em 31/07/2020, às 18:40, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12274770** e o código CRC **6FAA8A66**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a->



sistemas/protocolo e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Anexo

1. OFÍCIO Nº 44/2020/DTAD/CTAI/OUVG/MJ (SEI nº 12243077);
2. OFÍCIO Nº 4791/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ (SEI nº 12270645);
3. Informação nº 27/2020/GP-DPSP/DPSP/SENASP (SEI nº 12264511);
4. OFÍCIO Nº 4821/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ (SEI nº 12277950);
5. DESPACHO Nº 336/2020/COGER/MJ (SEI n.º 12281711).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000632/2020-39

SEI nº 12274770

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 3º Andar, Sala 300-A - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF,
CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-7982 / 3277 - <https://www.justica.gov.br>

Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>

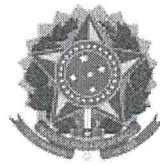
Criado por rodrigo.cesar, versão 8 por matheus.galvao em 31/07/2020 18:30:16.



12243077



08027.000632/2020-39



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Ouvidoria-Geral

OFÍCIO Nº 44/2020/DTAD/CTAI/OUVG/MJ

Brasília, 30 de julho de 2020.

Ao Senhor
Eduardo Benevides Bomfim
Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva

Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 653/2020.

Senhor Chefe de Gabinete,

1. Em atenção ao encaminhamento realizado nos termos do DESPACHO Nº 3416/2020/SE/MJ (12241549), informo que foi instituído, por meio do Decreto nº 9.866, de 27 de junho de 2019, o Fórum Nacional de Ouvidores do Sistema Único de Segurança Pública (Fnosp).
2. Entre as atribuições do Fórum está o estímulo à criação e desenvolvimento de ouvidorias nos órgãos de segurança pública que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a proposição de diretrizes que auxiliem na fiscalização e controle social das atividades.
3. No tocante à composição, atualmente o fórum é integrado:
 - I - pelo Ouvidor-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que o presidirá;
 - II - por um representante da Ouvidoria da Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
 - III - por um representante da Ouvidoria da Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
 - IV - pelo Ouvidor-Geral do Sistema Integrado de Segurança Pública e Defesa Social, ou equivalente, de cada Estado e do Distrito Federal;
 - V - por um representante das ouvidorias das guardas municipais;
 - VI - pelo Ouvidor Nacional dos Serviços Penais do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
 - VII - por um representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
 - VIII - por um representante da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional;

IX - por um representante da Secretaria Nacional de Política Sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

X - por um representante do Departamento Nacional de Trânsito da Secretaria Nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura; e

XI - por um representante da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis.

4. Por fim, registro que o Fnosp realiza semestralmente suas reuniões ordinárias, sendo que as de caráter extraordinário podem acontecer por convocação da presidência do Fórum.

5. Em tempo, coloco-me à disposição para prestar outros esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Ronaldo Vieira Bento

Presidente do Fórum Nacional de Ouvidores do Sistema Único de Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO BENTO, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 30/07/2020, às 17:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12243077** e o código CRC **53AC91BE**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000632/2020-39

SEI nº 12243077

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 5º Andar, Sala 500 - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3501 / 3296 - www.justica.gov.br - E-mail para resposta: protocolo@mj.gov.br

Criado por moises.placido, versão 14 por ronaldo.bento em 30/07/2020 16:59:56.



12264511



08027.000632/2020-39



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Sistema Único de Segurança Pública

INFORMAÇÃO Nº 27/2020/GP-DPSP/DPSP/SENASP

Processo: **08027.000632/2020-39**

Interessado: **Gerente de Projetos e Diretor do DPSP**

1. Trata-se do Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 653/2020 (12036603), do Deputado Federal GUSTAVO FRUET - PDT/PR, apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados, em 16/06/2020, que solicita informações ao Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, acerca dos esforços necessários para implementação efetiva do Sistema Nacional de Segurança Pública.

2. Em resposta ao DESPACHO Nº 1069/2020/DPSP/SENASP/MJ (12251367) e considerando as atribuições específicas da DPSP no que concerne o pedido em tela, seguem abaixo as considerações, pertinentes as questões requeridas:

3. Em relação as questões 1, 2, 3, 5 e 6, relacionadas à Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, a ser implementada pelo Plano Nacional de Segurança Pública, e, em relação ao Sistema Nacional de Avaliação de Políticas Públicas de Segurança e Defesa Social, informo que:

Ao analisar a minuta do Plano Nacional de Segurança Pública, quando este foi disponibilizado para Consulta Pública em outubro de 2018, a Controladoria-Geral da União – CGU evidenciou deficiências quanto à existência de elementos mínimos necessários ao **acompanhamento e avaliação** do Plano, entre outros aspectos, que foram encaminhadas ao então Ministério da Segurança Pública, por intermédio do Aviso Ministerial nº 219/2018/GM/GCU.

Limitando-se ao objeto do questionamento em exame, transcrevo a seguir considerações da CGU, pertinentes ao tema, apresentadas à época da Consulta Pública:

“O Plano, no entanto, pouco apresenta de concreto no sentido de buscar a integração e/ou detalhar os mecanismos de governança capazes de coordenar esforços e estabelecer parâmetros de atuação e articulação interinstitucional. [...]

[...]

Sugere-se a revisão das instâncias de governança do Plano Nacional de Segurança Pública e defesa Social constante do item 5. Mecanismos de governança e gestão do Sistema Único de Segurança Pública, de modo a compatibilizar os componentes e responsabilidades das instâncias estratégicas com a Política Nacional.

Conforme exposto, **sugere-se a completa revisão do item 7. Objetivos e Estratégias** a serem implementados mediante os programas temáticos do Plano, **impactando diretamente nos itens 6. Monitoramento e Avaliação do Plano** nacional de Segurança Pública e Defesa Social e 8. Programas para a implementação dos objetivos do PNSP (...).

Sugere-se levar em consideração os seguintes elementos:

[...]

3. Estabelecer elementos para a imediata implantação e execução do Plano (com atenção especial para os arts. 6º e 7º e o Capítulo V - Da formulação dos Planos de Segurança Pública e Defesa Social da Lei nº 13.675/2018 e para o Capítulo II - Do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social do Decreto nº 9.489/2018), **tais como:**

[...]

c. **Metas e indicadores** (para cada um dos 25 objetivos da Lei, bem como atendendo ao disposto em seu art. 25 -fixação anual de metas de excelência).

i. **Modo de atuação da Comissão Permanente e das Comissões temporárias na avaliação dos objetivos e das metas do Plano**, conforme o art. 32 da Lei nº 13.675/2018 e do art. 12 do Decreto nº 9.489/2018.

4. Estabelecer os prazos e as formas de monitoramento, avaliação e revisão do Plano (com atenção especial o art. 45 da Lei nº 13.675/2018 e do art. 7.8 do Decreto nº 9.489/2018), bem como os relatórios a serem elaborados (dados necessários, eventuais mudanças de curso, etc.).

a. **Alteração do item 6. Monitoramento e Avaliação do Plano** Nacional de Segurança Pública e Defesa Social do Plano.

b. **Inserir os monitoramentos de 2, 3, 4 e 5 anos (no qual ocorrerá a conferência). Inserir monitoramentos de 6, 7, 8, 9 e 10 anos (conclusão do Plano)."**

Ocorre que, as contribuições da CGU não foram contempladas, exigindo um esforço de revisão do PNSP para que haja a efetiva implementação das respectivas instâncias, mecanismos, instrumentos e sistemas de governança, especialmente no que tange ao seu acompanhamento e avaliação. Vejamos o que exarou a CGU no Relatório de Consultoria nº 201900403:

"Conforme a Lei nº 13.675/2018, o então Ministério da Segurança Pública **elaborou minuta do PNSP e a disponibilizou para Consulta Pública, em outubro de 2018, para avaliações**. À época, a Controladoria-Geral da União apresentou formalmente suas considerações à minuta, enfatizando que, **em linhas gerais, ele padecia das mesmas fragilidades dos Planos anteriores: generalidade; desalinhamento entre objetivos da Política e do Plano; carteira numerosa de projetos (não necessariamente articulados entre si), com ações pontuais e fragmentadas; planos genéricos e de difícil replicação pelos entes federados; ausência de elementos gerenciais mínimos (estratégias, responsáveis, prazos, indicadores e metas); e governança de complexa coordenação**.

Em que pese as críticas apresentadas, bem como o exíguo prazo estabelecido para a consulta pública (15 dias em período próximo às eleições), **o PNSP foi instituído pelo Decreto nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018, sem contemplar esses apontamentos. O intuito do PNSP é o de estabelecer as estratégias, as metas, os indicadores e as ações para o alcance dos objetivos e finalidades constantes na PNSPDS**. Reforçando, cabe ainda ao PNSP estabelecer tanto estratégias de atuação para os órgãos federais de segurança pública e defesa social, como apresentar diretrizes para que Estados, Distrito Federal e Municípios elaborem os seus planos de segurança pública e defesa social."

Ante o contexto, em 25 de abril de 2019, o Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública solicitou ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, apoio para o fortalecimento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos do MJSP, no que diz respeito ao Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP, bem como da Política Nacional de Segurança Pública em vigor.

Em 14 de maio de 2019, a CGU deu início ao trabalho de consultoria, consoante previsto na Instrução Normativa CGU nº 3/2017, prevendo a entrega de cinco grandes pacotes de trabalho:

Diagnóstico da situação atual da execução do PNSP;

Definição dos elementos gerenciais da PNSPDS no PNSP;

Definição dos 5 Ciclos Bienais do PNSP (de 2019 a 2028);

Definição dos recursos necessários à execução do PNSP; e

Minuta/Proposta de atualização do PNSP.

A participação da equipe da CGU na consultoria encerrou-se no dia 30/08/2019. Após essa data, as ações necessárias para a continuidade do trabalho passaram a ser coordenadas pelas equipes do MJSP, com previsão atual de conclusão em fevereiro de 2020, quando se espera que seja encaminhada a proposta de atualização do PNSP.

A equipe para continuidade do trabalho foi designada pela Portaria SE/MJSP nº 1505, de 13 de setembro de 2019, à qual foram atribuídos os seguintes objetivos:

- apresentar proposta de revisão do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Nacional;
- apresentar proposta de Manual sobre a metodologia para construção dos Planos Estaduais e Municipais de Segurança Pública e Defesa Social;
- elaborar minuta de Termo de Adesão entre a União e os entes federativos;
- propor medidas para a realização de Consulta Pública; e
- elaborar minuta de alteração do Decreto nº 9.630, de 26 de dezembro de 2018.

As entregas previstas estão dentro do cronograma definido, de maneira que, o PNSP revisado encontra-se submetido à Consulta Pública até o dia 28/08/2020.

Obtidas as contribuições da sociedade, de entidades públicas e dos conselhos, promovidos os ajustes e publicado o PNSP, o MJSP implementará os processos de governança e de monitoramento e avaliação, onde os conselhos e o Sinaped exercerão papel primordial para o sucesso do Plano.

Deste modo, observa-se que para a efetiva avaliação da implementação do Susp pelo Sinaped, será imprescindível a continuidade dos trabalhos de revisão e aprimoramento do Plano e Política Nacional de Segurança Pública.

Em paralelo, grande esforço de integração das fontes de dados de segurança pública estão em curso, a exemplo do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública - Sinesp, que em 25 de março de 2019 conseguiu integrar todos os estados da Federação.

4. Em relação à questão 4, sugiro que seja encaminhada à Coordenação de Colegiados da Senasp, e em relação à questão 7, o encaminhamento à Ouvidoria do MJSP, em função das pertinências temáticas.

Respeitosamente,

JOSÉ ROBERTO ANGELO BARROS SOARES
Gerente de Projetos



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ROBERTO ÂNGELO BARROS SOARES, Gerente de Projeto**, em 29/07/2020, às 21:22, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12264511** e o código CRC **E0823A6E**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

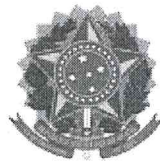
Criado por neusivan.nascimento, versão 9 por jose.bsoares em 29/07/2020 21:22:02.



12281711



08027.000632/2020-39



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Corregedoria Geral
Corregedoria Geral

DESPACHO Nº 336/2020/COGER/MJ

Destino: **Secretaria-Executiva**

Assunto: **Acesso à Informação: Requerimento Parlamentar de Informação**

1. Em atenção ao Despacho nº 3416/2020/SE/MJ (12241549), que encaminha o Ofício nº 1783/2020/AFEPAR/MJ (12235186), por meio do qual a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares - AFEPAR remete o Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 653/2020, de autoria do Deputado Federal Gustavo Fruet - PDT/PR.
2. O referido requerimento foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados, em 16/06/2020, e solicita informações relativas à implantação do Sistema Nacional de Segurança Pública. Dentre as questões levantadas, o item 7 inquiriu acerca da implantação da Corregedoria Nacional relacionada ao SUSP.
3. Do exposto, esta Unidade informa a criação do Fórum Nacional de Corregedorias do Sistema Único de Segurança Pública - CorSUSP, formada pelos órgãos operacionais integrantes do SUSP, em nível estadual e distrital, mediante o Decreto nº 10.158, de 9 de dezembro de 2019.
4. Vale ressaltar o alinhamento dos objetivos do colegiado às disposições da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (institui o Sistema Único de Segurança Pública - Susp), bem como do Decreto nº 9.489, de 30 de agosto de 2018, que regulamenta a legislação retromencionada.
5. À Secretaria-Executiva, para conhecimento e demais providências.



Documento assinado eletronicamente por **PAULA ARAÚJO CORRÊA, Corregedor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 31/07/2020, às 16:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12281711** e o código CRC **F4D33757**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.